



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE MAGANJA DA COSTA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima, Relevo e Solos	2
1.3 Infra-estruturas	3
1.4 Economia e Serviços	4
2 História, Política e Sociedade Civil	7
3 Demografia	9
3.1 Estrutura etária e por sexo	9
3.2 Traço sociológico	9
3.3 Línguas faladas	10
3.4 Analfabetismo e Escolarização	11
4 Habitação e Condições de Vida	12
5 Organização Administrativa e Governação	14
5.1 Governo Distrital	14
5.2 Reforma do sector público	17
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	17
5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	18
5.3.2 Educação e Saúde	19
5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto	20
5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social	20
5.3.5 Justiça, Ordem e Segurança pública	21
5.4 Finanças Públicas	21
5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	22
5.6 Participação comunitária	23
5.7 Apoio externo	23
6 Posse e Uso da Terra	24
6.1 Posse da terra	24
6.2 Trabalho agrícola	25
6.3 Utilização económica do solo	26
6.3.1 Agricultura	26
6.3.2 Pecuária e Avicultura	26
6.3.3 Produção não agrícola	26

7	Educação	27
8	Saúde e Acção Social	30
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	30
8.2	Acção Social	31
9	Género	33
9.1	Educação	33
9.2	Actividade económica e exploração da terra	34
9.3	Governança	35
10	Actividade Económica	36
10.1	População economicamente activa	36
10.2	Orçamento familiar	37
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	38
10.4	Infra-estruturas de base	39
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	41
10.5.1	Produção agrícola e sistemas de cultivo	41
10.5.2	Pecuária	43
10.5.3	Pescas, Florestas e Fauna bravia	43
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	44
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Maganja da Costa	45
	Documentação consultada	47

Caixas de texto e Fotos

Foto 1: Regadio Munda-Munda	41
Foto 2: Regadio Intabo-Nante	42

Lista de tabelas

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	9
TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	10
TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa	10
TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português	10
TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997	11
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	12
TABELA 7: Programas de acção social, 2000-2003	20
TABELA 8: População e frequência escolar	27
TABELA 9: População, por nível de ensino que frequenta	28
TABELA 10: População, por nível de ensino concluído	28

TABELA 11:	Escolas, alunos e professores, 2003	29
TABELA 12:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	30
TABELA 13:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	30
TABELA 14:	População, por condição de orfandade, 1997	31
TABELA 15:	População deficiente, por idade e residência, 1997	32
TABELA 16:	Programas de acção social, 2000-2003	32
TABELA 17:	População activa, por ramo de actividade, 2005	37
TABELA 18:	Rede de estradas	40
TABELA 19:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	43

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	12
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	13
FIGURA 3:	Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água.....	13
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	21
FIGURA 5:	Estrutura de exploração agrária da terra	25
FIGURA 6:	Explorações e área, por culturas principais.....	26
FIGURA 7:	População, por nível de ensino que frequenta.....	27
FIGURA 8:	Quadro epidémico, 2003.....	31
FIGURA 9:	Indicadores de escolaridade, por sexos.....	33
FIGURA 10:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	34
FIGURA 11:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	36
FIGURA 12:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	37
FIGURA 13:	Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal	38



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Maganja-da-Costa está localizado a Sul da província da Zambézia, fazendo fronteira a Norte com o Distrito de Ile, a Oeste com os Distritos de Mocuba e Namacurra, a Sul com o Oceano Índico e a Este com o Distrito de Pebane.

Com uma superfície¹ de 7.644 km² e uma população recenseada em 1997 de 229.230 habitantes e estimada, à data de 1/1/2005, em 285.944 habitantes, o distrito tem uma densidade populacional de 37.3 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

A população é jovem (47%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 47%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 4%).

1.2 Clima, Relevo e Solos

O clima do distrito é predominantemente do tipo “Tropical Chuvoso de Savana - AW”



(classificação de Köppen), com duas estações distintas, a estação chuvosa e a seca. A precipitação média anual é cerca de 1.365 mm, enquanto a evapotranspiração potencial média anual é cerca de 1.593 mm. A maior queda pluviométrica ocorre sobretudo nos meses de Dezembro de um ano a Abril do ano seguinte, variando significativamente na quantidade e distribuição, quer durante o ano, quer de ano para ano, e a temperatura média está na ordem dos 25.7°C, sendo as médias máxima e mínima de 31.0 e 20.4°C respectivamente.

O distrito de Maganja da Costa é atravessado por 4 rios principais, nomeadamente, Licungo, Raraga, Nipiode e Muniga e é banhado pelo Oceano Índico.

O distrito, geomorfologicamente é subdividido em duas unidades distintas nomeadamente:

(i) Bacia Sedimentar ao longo da faixa costeira que compreende os sedimentos recentes do Quaternário nomeadamente as dunas costeiras consociadas as areias hidromórficas,

sedimentos flúvio-marinhos (mangais) e os aluviões dos rios; mais ainda por alguns extratos isolados da plataforma dos mangais que constituem sedimentos do Terciário e,

(ii) mais para o Norte no interior, o distrito é complementado pelo relevo declivoso derivado das Rochas Metamórficas e Eruptivas do Pré-Cambrico, conhecido também por “Complexo Gnaisso-granítico do Moçambique Belt” de onde resultam solos residuais com texturas que variam desde arenosa a argilosa e solos de profundidade rasa a solos muito profundos.

1.3 Infra-estruturas

O distrito de Maganja da Costa é servido por transporte terrestre público. A rede de estradas do distrito comporta 360Km de estradas classificadas e 518Km de estradas terciárias, num total de 878Km. Destes, apenas 464Km estão transitáveis, mercê do esforço empreendido pelo Governo na manutenção das mesmas. Não existe no Distrito nenhuma empresa transportadora, o que cria embaraços na movimentação da população dentro e fora do Distrito.

O distrito conta com ligações via rádio e telefónicas. Existe na Vila Sede do Distrito uma cabina telefónica privada com 3 trabalhadores todos homens, que tem funcionado com dificuldades.

Maganja, a capital do distrito, conta com um pequeno sistema de abastecimento de água (PSA), em reabilitação pela Ibis. A Água Rural e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDER) realizam estágios de manutenção das bombas e têm apoiado na aquisição de peças para as mesmas.

Quase todas as comunidades têm acesso a um poço mas também recorrem a fontes de água não melhoradas como rios, lagos e lagoas. Existem 126 furos, dos quais 17 avariados.

A Sede do Distrito e a Sede do Posto Administrativo de Mocubela, abastecem-se da Energia do Grupo Gerador.

O distrito possui 123 escolas (das quais, 112 do ensino primário nível 1), e está servido por 14 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 22 mil pessoas;
- Uma cama por 6.500 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 9.100 residentes.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.4 Economia e Serviços

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de arroz pluvial (na época chuvosa) seguida por batata doce em regime de camalhões ou matutos (época fresca), enquanto que nos solos moderadamente bem drenados predominam as consociações de milho, mapira, mexoeira, mandica e feijões nhemba e boere. Algodão é uma culturas de rendimento, produzidas em regime de monoculturas. Este sistema de produção é ainda complementado por criações de espécies como gado bovino, caprino, e aves.

Em Maganja da Costa, existe uma forte presença da Companhia Madal, cuja área de palmar ocupa 12.053 hectares (1,6% da área do distrito). Outras grandes Companhias ocupam

igualmente áreas consideráveis, nomeadamente as Companhias do Boror, Zambézia e Morroa.

As principais culturas comercializadas pelo sector familiar no distrito são o arroz, a copra e a castanha de caju. A cultura do algodão está a ser de novo fomentada pelo Instituto do Algodão de Moçambique.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

Espécies como a Umbila, Pau-ferro, Monzo, Jambire, Murroto, Chanfuta, Muaga e outras, conferem um enorme potencial económico ao distrito. Às árvores fornecem material para construção e lenha, sendo esta a fonte de energia mais importante. O distrito debate-se com problemas de erosão.

Os frutos dos cajueiros, mangueiras, laranjeiras, tangerineiras, ateiras, abacateiros, papaieiras, limoeiros e goiabeiras são consumidos frescos e comercializados, vindo comerciantes especialmente de Nampula comprar os produtos localmente.

Para além do consumo fresco destes frutos, alguns são processados para o fabrico de bebidas tradicionais.

A caça e a pesca são também recursos de que o distrito dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. Os animais mais caçados são os porcos-do-mato, changos e gazelas, sendo o peixe também regularmente incluído na dieta.

Os animais selvagens mais importantes são: elefantes, pala-palas, bois-cavalo, leões e zebras.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

O distrito de Maganja da Costa conta com uma rede comercial concentrada na sua capital e possui ligações comerciais com o distrito de Mocuba e as cidades vizinhas, onde os produtos são adquiridos.

O distrito conta com 32 lojas a funcionar e 47 paralisadas. Existem, ainda, 3 moagens operacionais, 5 oficinas em funcionamento (2 inoperacionais), 1 (uma) serração paralisada e 2 padarias (1 inoperacional).

O distrito dispõe de belas praias, lagoas, águas termais, jardins e lindas paisagens, o que constitui um grande potencial para o turismo. Perante o total estado de abandono em que se encontram as infra-estruturas existentes, a incapacidade e a descapitalização dos operadores locais, o Governo Distrital tem vindo a encorajar operadores nacionais e estrangeiros a investirem na reabilitação e consequente exploração das mesmas.

O distrito não dispõe de nenhum sistema formal de crédito nem está representada em Maganja da Costa nenhuma instituição bancária.

2 História, Política e Sociedade Civil

A *liderança tradicional* é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade:

- Régulos e Secretários de Bairros;
- Chefes de Grupos de Povoações;
- Chefe da Povoação;
- Chingore;
- Outras personalidades na comunidade respeitadas e legitimadas pelo seu papel social, cultural, económico e religioso.



Na liderança tradicional existe uma espécie de divisão de trabalho e de funções entre os diferentes líderes das comunidades. Assim, os Secretários têm hoje como função principal a mobilização da comunidade para as tarefas sociais e económicas. Os líderes tradicionais tratam principalmente dos aspectos tradicionais, tais como, cerimónias, ritos e conflitos sociais.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades provinciais e distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

Foram reconhecidas 38 Autoridades do 1º escalão, das quais 37 homens e 1 mulher. Nenhuma das 29 Autoridades do 2º e 3º escalões foi reconhecida por falta de insígnias.

A relação entre a Administração do Distrito e as Autoridades Comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito e outros que caem no âmbito das suas competências, nomeadamente:

- Colaboração na manutenção da Paz e harmonia social;
- Articulação com os tribunais comunitários na resolução de conflitos de natureza civil, tomando em conta os usos e costumes locais;

-
- Mobilização e organização das populações para construção e manutenção de fontes de abastecimento de água e aumento da área de produção;
 - Mobilização das comunidades locais na manutenção das vias de acesso, locais sagrados e construção de latrinas melhoradas;
 - Educação cívica das comunidades sobre o uso sustentável e gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção das queimadas descontroladas e caça ilegal;
 - Mobilização e organização das populações para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional;
 - Mobilização dos pais e encarregados de educação para mandarem os seus filhos à escola, principalmente as raparigas; e
 - Divulgação das Leis, deliberação dos Órgãos Locais do estado e outras informações úteis à comunidade.

Através dos líderes comunitários, as populações têm-se envolvido na busca de soluções para os problemas existentes, nomeadamente, no combate à criminalidade, em colaboração com a Polícia Comunitária, através da apreensão e denúncia de delinquentes; no combate ao cultivo, consumo e comercialização de estupefacientes (suruma); na abertura de vias de acesso; na confecção de tijolos no âmbito do programa de “*comida por trabalho*” e na abertura de poços comunitários usando material convencional ou local.

A *religião* dominante é a Muçulmana, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosa se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.

3 Demografia



O distrito tem uma superfície de 7.644 km² e uma população, à data de 1/1/2005, de 286 mil habitantes. Com uma densidade populacional de 37 hab/km², estima-se que o distrito atinja, em 2010, os 310 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (47%, abaixo dos 15 anos) e um índice de masculinidade de 47%, a taxa de urbanização do distrito é de 12%, concentrada na Vila de Maganja da Costa.

A estrutura etária da população do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE MAGANJA DA COSTA	285.944	61.133	73.264	119.395	26.041	6.111
Homens	133.735	30.387	38.007	48.938	13.007	3.395
Mulheres	152.209	30.746	35.257	70.456	13.034	2.716
P.A. de MAGANJA DA COSTA	118.035	24.820	30.910	49.527	10.552	2.227
Homens	55.394	12.283	15.972	20.822	5.163	1.154
Mulheres	62.641	12.536	14.938	28.705	5.389	1.073
P.A. de BOJONE	67.984	14.601	17.179	27.910	6.423	1.871
Homens	32.169	7.282	9.121	11.223	3.433	1.110
Mulheres	35.814	7.319	8.058	16.687	2.990	761
P.A. de MOCUBELA	32.933	7.366	7.247	15.040	2.704	575
Homens	15.962	3.659	3.768	6.826	1.396	313
Mulheres	16.971	3.707	3.479	8.214	1.309	262
P.A. de NANTE	66.992	14.346	17.928	26.918	6.362	1.438
Homens	30.210	7.163	9.146	10.068	3.015	818
Mulheres	36.782	7.184	8.782	16.850	3.347	620

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 78.550 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (37%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
30,6%	53,6%	15,8%	3,6	1,7	1,9
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
9,5%	1,4%	19,4%	36,8%	10,0%	22,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Muçulmana.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
40,9%	59,1%	15,0%	39,0%	2,1%	3,0%
Com Crença Religiosa					
Total	Muçulmana	Católica	T. de Jeová	Evangélica	Outra
100,0%	51,1%	9,3%	3,5%	30,5%	5,5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Elomve*, 81% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não sabem português, sendo o seu conhecimento preferencial nos homens, dada a maior inserção na vida social e escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MAGANJA DA COSTA	19,5%	15,0%	4,5%	80,5%	33,0%	47,5%
5 - 9 anos	1,4%	0,9%	0,5%	17,5%	8,7%	8,8%
10 - 14 anos	3,2%	2,3%	0,8%	10,6%	5,0%	5,6%
15 - 19 anos	2,8%	2,0%	0,8%	9,2%	4,3%	4,9%
20 - 44 anos	10,1%	7,9%	2,3%	31,0%	9,6%	21,4%
45 anos e mais	2,0%	1,9%	0,2%	12,3%	5,4%	6,8%
P.A. de MAGANJA DA COSTA	24,2%	18,0%	6,3%	75,8%	28,3%	47,5%
P.A. de BOJONE	13,0%	10,2%	2,8%	87,0%	36,5%	50,6%
P.A. de MOCUBELA	22,1%	17,6%	4,5%	77,9%	30,5%	47,4%
P.A. de NANTE	16,5%	13,2%	3,3%	83,5%	30,5%	52,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 85% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 22% dos habitantes² frequentam ou já frequentaram a escola.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MAGANJA DA COSTA	87,1%	76,6%	96,0%
5 - 9	97,9%	97,1%	98,7%
10 - 14	85,0%	77,7%	93,2%
15 - 44	82,4%	64,4%	94,9%
45 e mais	91,9%	84,8%	99,4%
P.A. de MAGANJA DA COSTA	84,5%	72,5%	94,7%
P.A. de BOJONE	90,5%	83,0%	97,1%
P.A. de MOCUBELA	85,4%	74,1%	95,8%
P.A. de NANTE	89,0%	78,6%	97,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

² Com 5 ou mais anos de idade.

4 Habitação e Condições de Vida

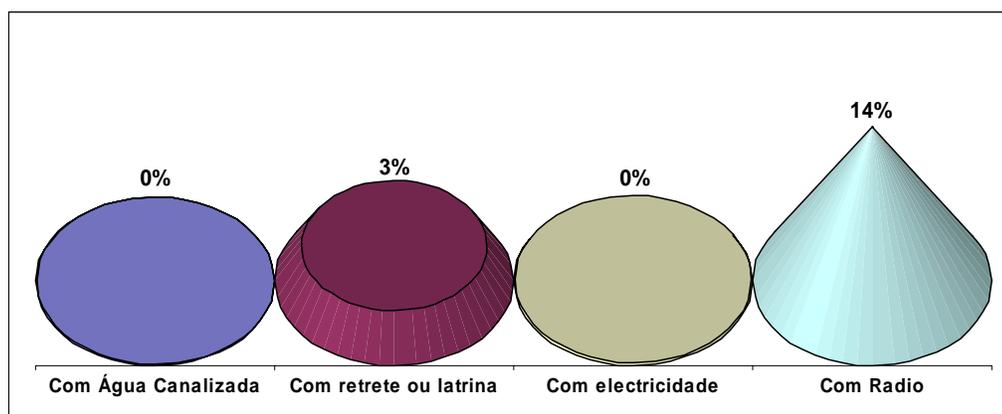


O tipo de habitação modal do distrito é “*a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispondo de cinco bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palbotas sem latrina e água colhida directamente*

em poços ou furos”.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

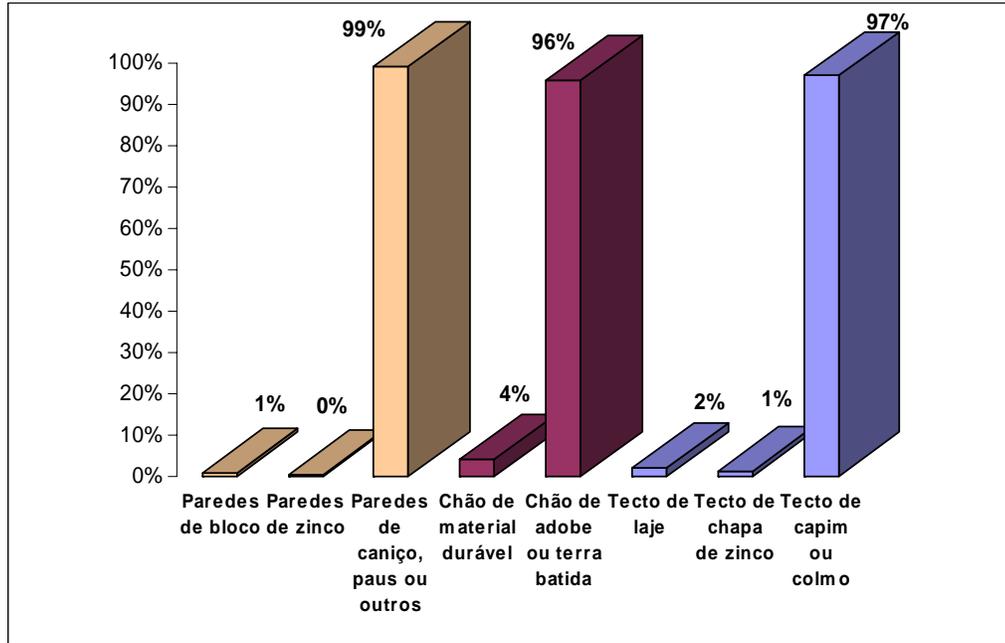
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	3%	4%	21%	26%	19%	30%	3%	3%
Com electricidade	0%	0%	4%	7%	1%	1%	0%	0%
Com Radio	14%	16%	28%	32%	23%	35%	14%	15%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

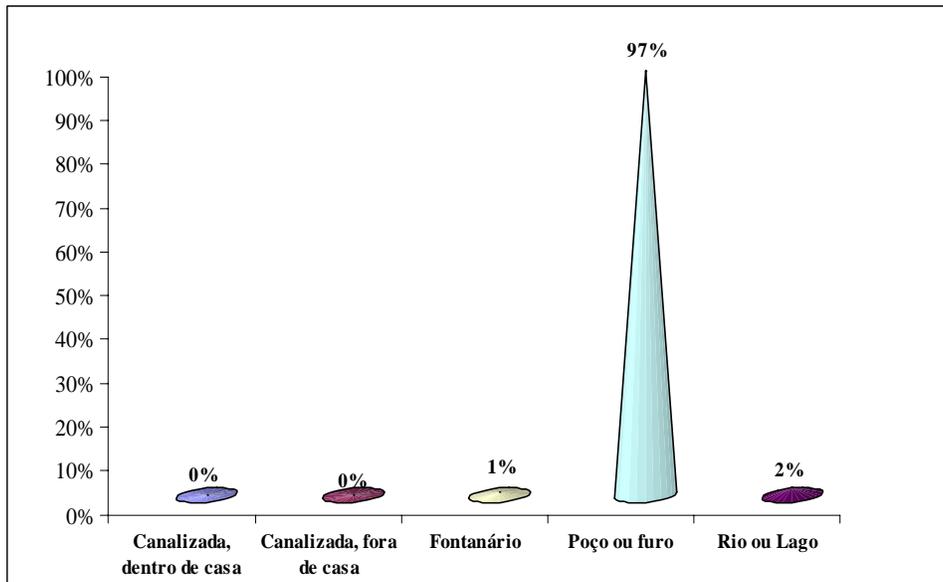
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (97%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (2%).

FIGURA 3: Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem quatro Postos Administrativos: Maganja-Sede, Bojone, Mocubela e Nante que, por sua vez, estão subdivididos em 14 Localidades.

MAGANJA DA COSTA
MAGANJA - SEDE
CABUIR
CARIUA
BOJONE
MISSAL
NACUIDA
NAICO MUSSIPA
MOCUBELA
MOCUBELA - SEDE
MANEIA
MUZO
NANTE
NANTE - SEDE
ALTO MUTOLA
MONEIA MALUGUNE
MUOLOA
NOMIUA

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Comando Distrital da PRM.

Para além destes órgãos, estão também adstritos ao Governo Distrital, os seguintes organismos:

- Tribunal Judicial Distrital;
- Direcção das Prisões;
- Delegação Distrital de Coordenação da Acção Ambiental;
- Posto da APIE;
- Representação do INAS e do sector do Trabalho; e
- Direcção do SISE.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito.

Com um total de 52 funcionários (dos quais, 2 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Superiores	1
■ Técnicos Médios	2
■ Assistentes Técnicos	5
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	14
■ Pessoal auxiliar	30

Edifícios existentes

Finalidade ou utilização	nº de casas	Tipo(1,2 ou 3)	Localização	Estado de conservação
Sede da Administração do Distrito	13	3	Sede Vila	Suficientemente
Palácio do Administrador	N /existe			
Residência de Funcionários	12	3	Sede Vila	“
Oficina	1	1	“	Mau
Armazém	1	1	“	Suficientemente
Sede do Posto Administrativo Nante	2	3	Nante Sede	“
Sede do Posto Administrativo Mocubela	1	3	Mocubela sede	Bom
Sede do Posto Administrativo Bajone	2	3	Bajone Sede	Suficientemente
Outros Edifícios	2	1	Maganja Sede	“

Edifícios públicos construídos e rehabilitados, viaturas, equipamento e mobiliário

Designação do edifício	Trabalho realizado	Localização	Quantidade
Edifício da Administração do distrito	Reabilitado	Sede da Administração	01
Edifício da Administração do Posto Administrativo	Construído	Sede do PA de Mocubela	01
Edifício da Administração do Posto Administrativo	Construído	Sede do PA de Bajone	01
Viatura Land Rover caixa aberta	Nova e operacional	Sede da Administração	01
Motorizadas DTs-185	Novas e operacionais	PA's de Mocubela, Nante e Bajone	03

Maganja da



Bicicletas	Novas e operacionais	Para 14 Presidentes de Localidades	14
Aparelhos de rádio de comunicação	Operacionais	Instalados na Administração do Distrito e PA's	04
Mobiliário de escritório	Adquirido em estado novo	Administração d Distrito e PA de Mocubela	2 jogos
Mobiliário para residências	Adquirido em estado novo	Residência do Administrador do Distrito e do Chefe do Posto Administrativo de Mocubel	2 jogos (sala de jantar e visita)

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república n° 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

Neste sentido, foram já emitidos crachás de identificação para os funcionários da Administração do Distrito e das Direcções do Governo Distrital.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa, realizadas no período 2000-2004, que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

No essencial a actividade do Governo Distrital centrou-se nos seguintes objectivos e acções:

- Envolver as populações na busca de soluções para os problemas locais através de diálogo.
- Estudar a viabilidade de alocação de equipamento as Administrações Distritais para a manutenção das vias.
- Alargar a rede escolar e sanitária e melhorar a qualidade dos serviços prestados.
- Promover o uso de material local de construção para a edificação de residências do Chefe de Posto Administrativo e outros funcionários do Estado.
- Intensificar acções de fornecimento/capacitação técnico-profissional dos Funcionários em particular ao nível Distrital e de Posto Administrativo.
- Melhorar os serviços prestados pelas Administrações Distritais tendo em conta que o cidadão constitui a razão da sua existência.

-
- Melhorar o atendimento nas escolas Hospitais, Repartições do Estado, na tramitação do processo de pedidos de terra ,de Bilhetes de Identidade, etc.
 - Melhorar o sistema de colecta e registo de receitas nas Administrações Distritais.
 - Prestigiar a função de Administrador Distrital.

O desenvolvimento socio-económico do distrito é realizado com base num Plano Director de Desenvolvimento (PDD) que comporta vários projectos de curto, médio e longo prazos. A elaboração deste PDD, envolvendo a sociedade civil, técnicos dos sectores, religiosos, ONG's, autoridades comunitárias, para além da equipa técnica responsabilizada pela compilação dos dados, resultou positiva e contribuiu para uma governação mais eficiente e eficaz.

5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Maganja da Costa é um distrito densamente povoado. São reportados conflitos de terras no Posto Administrativo de Bajone entre as populações e as Companhias Madal e da Zambézia.

Em Maganja da Costa, existe uma forte presença da Companhia Madal, cuja área de palmar ocupa 12.053 hectares (1,6% da área do distrito). Outras grandes Companhias ocupam igualmente áreas consideráveis, nomeadamente as Companhias do Boror, Zambézia e Morroa.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais e, em algumas regiões, com o recurso à tracção animal e tractores.

O início do século foi marcado pelas cheias de 2000 e chuvas acima do normal que destruíram as culturas. Nos anos seguintes, o cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas irregulares e abaixo do normal criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

Ano	Acções
1999	Fruticultura: Plantio de 3.700 cajueiros no sector familiar Outras actividades: Treinamento de camponeses
2000	Fruticultura: Plantio de 248.653 cajueiros e 850 fruteiras diversas Outras actividades: Capacitação de técnicos e camponeses
2001	Aves: Distribuição de 70 patos a 35 beneficiários Fruticultura: Plantio de 6.000 cajueiros e 1.500 fruteiras diversas
2002	Piscicultura: Divulgação e sensibilização da população Fruticultura: Multiplicados e distribuídos: - 5.500 cajueiros - 300 laranjeiras - 250 mangueiras - 100 abacateiras Distribuídas 2,2 ton de rama de batata-doce e 10,5 ton de sementes diversas
2003	Piscicultura: Assistência animal em todos os sectores Fruticultura: Na última quinzena Novembro/Dezembro foram comercializadas 313 toneladas de castanha de cajú.

No âmbito do PARPA (Programa de Alívio e Redução da Pobreza Absoluta), o Governo tem levado a cabo acções com vista ao aumento da produção e produtividade, à abertura de mais poços melhorados e à reabilitação de vias de acesso.

Está em curso no distrito o Projecto de Reabilitação do Regadio de Munda Munda no PA de Baixo Licungo/Nante num total de 1.050ha, para a produção de arroz e hortícolas. As populações enquadradas neste regadio beneficiam de assistência técnica e de um fundo de apoio à comercialização dos excedentes, alocado à Cooperativa Agrícola local criada no seio da Associação de Camponeses de Munda Munda.

Para além do PARPA, está em curso um Projecto de Geração de Rendimentos implementado pelo INAS, para além do fomento pecuário (caprinos e aves) no seio das comunidades.

5.3.2 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 123 o número de escolas em 2003 (112 do ensino primário nível 1, 10 do nível 2 e uma do ensino secundário geral), que são frequentadas por cerca de 37 mil estudantes ensinados por 616 professores.

O distrito está dotado de 1 Centro de saúde de nível I, 4 do nível II/III e 9 Posto de saúde, com um total de 48 camas e 34 técnicos e assistentes de saúde.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região. No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos. Têm sido promovidas várias actividades, nomeadamente a participação no II Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas, em particular a escultura.

Tipo e Designação	Existentes	Posto Administrativo
Grupos Culturais escolares e tradicionais	196	Sede Maganja, Bajone, Nante e Mocubela
Nucleos jovens	05	Sede Maganja, Bajone, Nante e Mocubela
Clubes Desportivos Masculinos e Femeninos	76	Sede Maganja, Bajone, Nante e Mocubela
Palco a céu aberto	2	Sede Maganja
Total	279	

5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

TABELA 7: Programas de acção social, 2000-2003

TIPO OU PROGRAMA (2000 a 2003)	Total	Homens	Mulheres
Crianças perdidas, identificadas e reunificadas	266	182	84
Apoio a órfãos em situação difícil	411	250	161
Educação pre-escolar	255	105	150
Atendimento a idosos	492	167	325
Atendimento a deficientes	586	290	296

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de

direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.5 Justiça, Ordem e Segurança pública

Durante o quinquénio 2000/2004 registou-se uma redução dos índices de criminalidade nos 4 Postos Policiais existentes no distrito, comparativamente a igual período do quinquénio anterior, conforme ilustra a tabela embaixo:

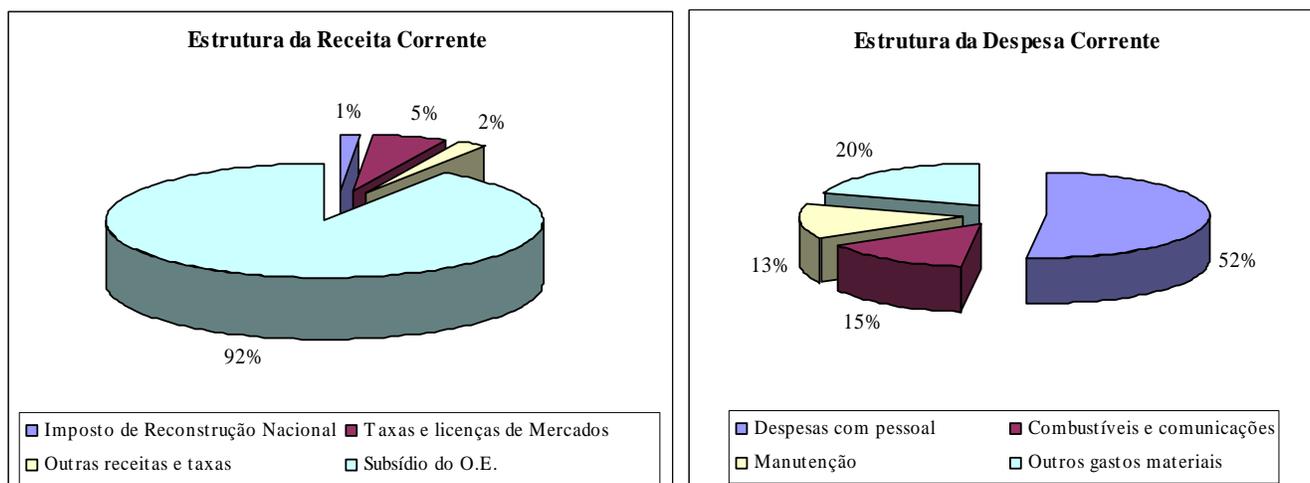
Tipo de Crimes	1999	2000	2001	2002	2003
Contra OSTP	33	35	19	22	20
Contra a vida ou pessoas	43	36	49	83	41
Contra propriedade	32	33	48	63	10
TOTAL	108	104	116	168	71
Contra Segurança Estado	-	-	-	-	-
Acidentes viação	4	7	15	13	13
Processos trabalhados pela PIC	77	90	80	127	127

O distrito conta com um tribunal Judicial Distrital e 9 tribunais Comunitários nas Localidades.

5.4 Finanças Públicas

A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 11 contos por habitante, isto é, menos de 1 USD.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem mais de metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do estado.

As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5.6 Participação comunitária

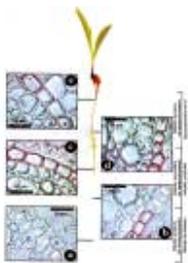
A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

Para tal, o Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas “comida pelo trabalho” financiados pelo PMA e pela Acção Agrária Alemã (AAA).

5.7 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais, sendo de destacar a CARE no abastecimento de água rural, a ADRA e o PMA na distribuição de sementes, e a MSF-Bélgica no sector da saúde.

6 Posse e Uso da Terra ³



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país. Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

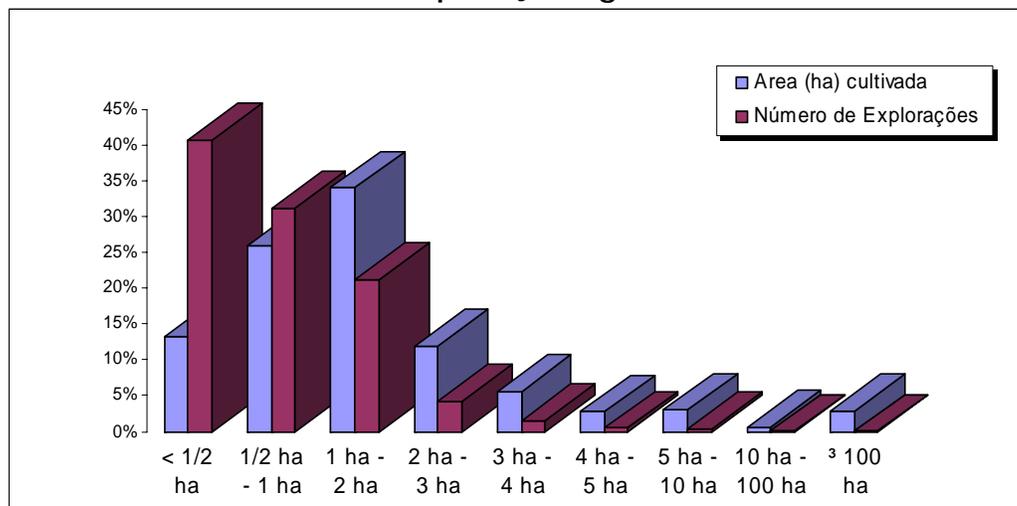
Maganja da Costa é um distrito densamente povoado. São reportados conflitos de terras no Posto Administrativo de Bajone entre as populações e as Companhias Madal e da Zambézia. Em Maganja da Costa, existe uma forte presença da Companhia Madal, cuja área de palmar ocupa 12.053 hectares (1,6% da área do distrito). Outras grandes Companhias ocupam igualmente áreas consideráveis, nomeadamente as Companhias do Boror, Zambézia e Morroa.

Este distrito possui cerca de 55 mil explorações agrícolas com uma área média é de 0,7 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 72% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, ocupando somente 39% da área cultivada. Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 28% da área cultivada pertence a somente 7% das explorações do distrito.

³ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação e a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra – os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 75% dos casos, o homem da família.

FIGURA 5: Estrutura de exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, 93% das 125 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. As autoridades tradicionais e oficiais detêm 7% das parcelas agrícolas do distrito.

6.2 Trabalho agrícola

A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 83% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

Estas explorações estão divididas em cerca de 125 mil parcelas, 80% com menos de meio hectare e exploradas em metade dos casos por mulheres. De reter que, do total de agricultores, 38% são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

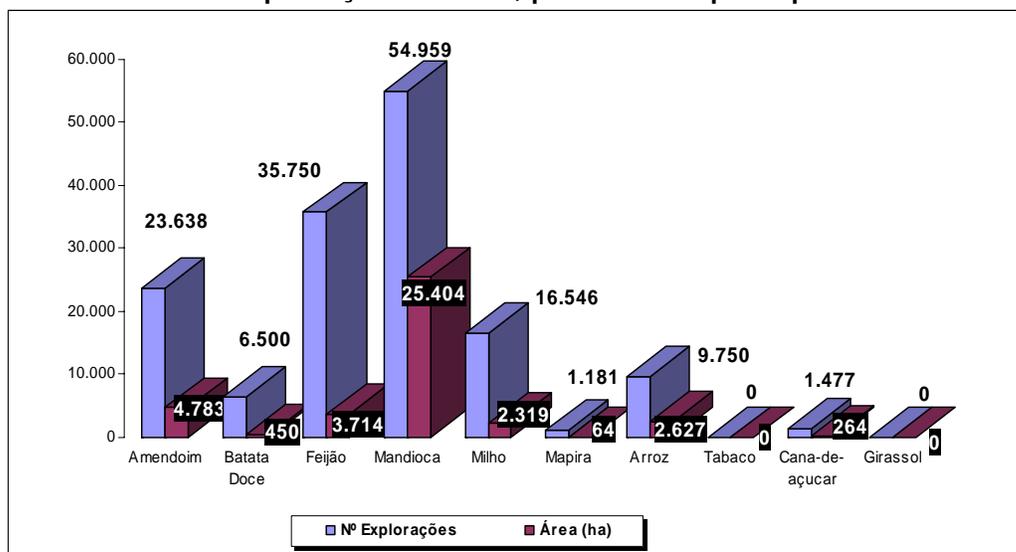
Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

6.3 Utilização económica do solo

6.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim e batata-doce.

FIGURA 6: Explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras, coqueiros e cajueiros.

6.3.2 Pecuária e Avicultura

No distrito existem cerca de 8 mil criadores de pecuária e mais de 38 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 5% nos suínos a 8% nos bicos, constituindo uma fonte de rendimento familiar importante.

6.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade de caça, pesca e artesanal, efectuado por um conjunto de centenas de explorações familiares.

7 Educação



Com 87% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 22% dos habitantes⁴ frequentam ou já frequentaram a escola primária.

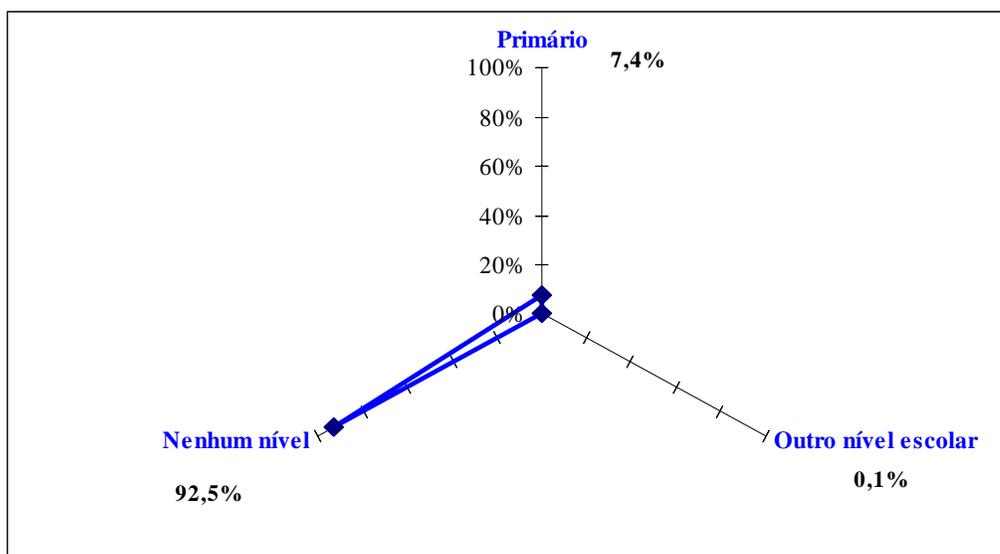
TABELA 8: População⁵ e frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MAGANJA DA COSTA	7,5%	5,5%	2,0%	14,6%	10,6%	4,0%	77,9%	29,9%	48,0%
P.A. de MAGANJA DA COSTA	10,3%	7,6%	2,7%	16,9%	12,2%	4,7%	72,8%	26,5%	46,3%
P.A. de BOJONE	3,2%	2,4%	0,9%	11,2%	8,2%	2,9%	85,6%	36,0%	49,6%
P.A. de MOCUBELA	8,4%	6,2%	2,2%	23,0%	15,2%	7,8%	68,5%	26,7%	41,8%
P.A. de NANTE	6,4%	4,7%	1,7%	9,9%	7,8%	2,1%	83,7%	31,2%	52,5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de escolarização verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 28% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola. Na sua maioria, os estudantes são rapazes a frequentar o ensino primário, dada a insuficiente / inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino nalgumas localidades.

FIGURA 7: População⁶, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 9: População⁷, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE MAGANJA DA COSTA	7,5%	0,0%	7,4%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	92,5%
5 - 9 anos	11,1%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	88,9%
10 - 14 anos	27,8%	0,0%	27,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	72,2%
15 - 19 anos	10,2%	0,0%	9,7%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	89,8%
20 - 24 anos	1,3%	0,0%	1,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	98,7%
25 e + anos	0,5%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,5%
HOMENS	12,0%	0,0%	11,8%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	88,0%
MULHERES	3,7%	0,0%	3,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	96,3%
P.A. de MAGANJA DA COSTA	10,3%	0,0%	10,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	89,7%
P.A. de BOJONE	3,2%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	96,8%
P.A. de MOCUBELA	8,4%	0,0%	8,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	91,6%
P.A. de NANTE	6,4%	0,0%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	93,6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população⁸, verifica-se que somente 6% concluíram algum nível de ensino. Destes, 91% completaram somente o ensino primário e 3% o 1º grau do secundário.

TABELA 10: População⁹, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
Distrito de Maganja da Costa	5,9%	0,2%	5,5%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	94,1%
5 - 9 anos	0,7%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,3%
10 - 14 anos	3,7%	0,0%	3,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	96,3%
15 - 19 anos	7,5%	0,0%	7,3%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	92,5%
20 - 24 anos	8,4%	0,2%	7,7%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%	91,6%
25 e + anos	7,8%	0,3%	7,0%	0,3%	0,1%	0,1%	0,0%	92,2%
HOMENS	10,5%	0,3%	9,7%	0,3%	0,1%	0,1%	0,0%	89,5%
MULHERES	2,1%	0,1%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	97,9%
P.A. de MAGANJA DA COSTA	7,4%	0,2%	6,8%	0,3%	0,1%	0,1%	0,0%	92,6%
P.A. de BOJONE	5,2%	0,3%	4,8%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	94,8%
P.A. de MOCUBELA	5,0%	0,0%	4,8%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	95,0%
P.A. de NANTE	4,5%	0,0%	4,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	95,5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

O baixo grau de escolarização reflecte o facto de, apesar da expansão em curso, a rede escolar e o efectivo de professores serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica. Tais factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em baixas taxas de aproveitamento e altas desistências, em algumas das localidades do distrito.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 11: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	221	14.497	43.637	259	769
EP1	112	11.812	34.143	198	543
EP2	10	293	1.809	21	55
ESG I	1	132	748	5	18
ESG II	0	0	0	0	0
ETP	0	0	0	0	0
AEA	98	2.260	6.937	35	153

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação
EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores tem uma formação escolar baixa, possuindo, em média, habilitações entre a 6ª e a 8ª classe e, em alguns casos, um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

⁹ Com 5 ou mais anos de idade.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 22 mil pessoas;
- Uma cama por 6.500 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 9.100 residentes.

TABELA 12: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
TOTAL DO DISTRITO								
Nº de Unidades	14	0	1	4	9			
Nº de Camas	48	0	34	14	0			
Pessoal Total	54	0	32	10	12	54	37	17
- Licenciados	1	0	1	0	0	1	1	0
- Nível Médio	3	0	3	0	0	3	3	0
- Nível Básico	17	0	12	4	1	17	12	5
- Nível Elementar	13	0	5	2	6	13	8	5
- Pessoal de apoio	20	0	11	4	5	20	13	7

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

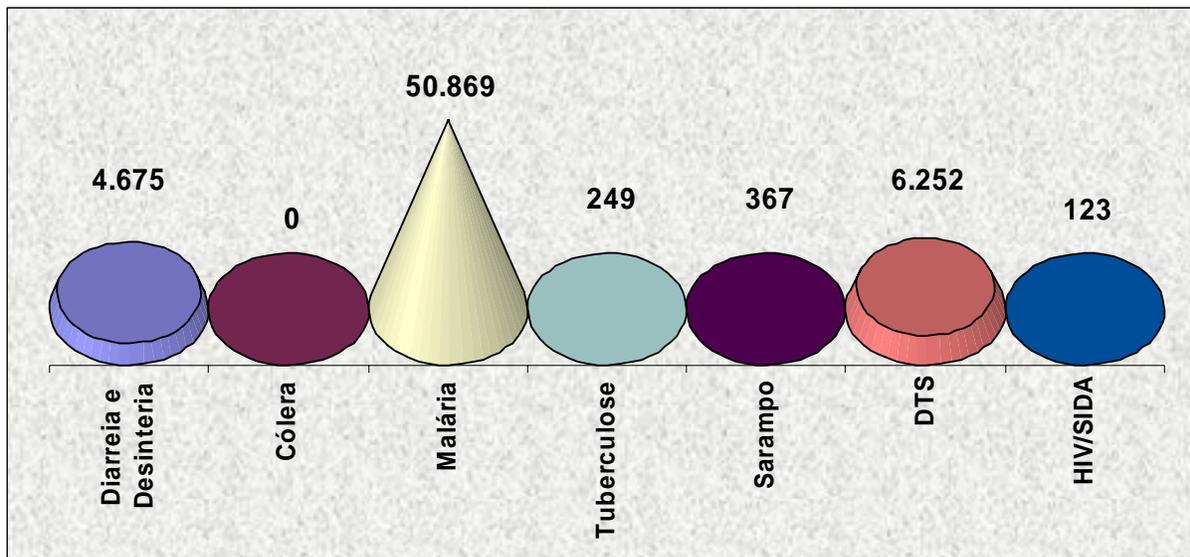
TABELA 13: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	85,3%
Partos	2.316
Vacinação	108.940
Saúde materno-infantil	87.675
Consultas externas	166.780
Taxa de baixo peso à nascença	11,4%
Taxa de mau crescimento	6,5%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificadas no distrito.

FIGURA 8: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

No distrito do Bilene existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 12 mil órfãos (dos quais 35% de pai e mãe) e cerca de 5 mil deficientes (77% com debilidade física, 15% com doenças mentais e 8% com ambos os tipos de doença).

TABELA 14: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE MAGANJA DA COSTA	11.930
Homens	5.452
Mulheres	6.478
5 - 9 anos	3139
10 - 14 anos	3798
15 - 19 anos	4993
P.A. de MAGANJA DA COSTA	4.951
P.A. de BOJONE	2.487
P.A. de MOCUBELA	1.598
P.A. de NANTE	2.894

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Maganja da



PÁGINA 31

TABELA 15: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE MAGANJA DA COSTA	4598	3520	698	380
0 - 14	820	560	180	80
15 - 44	2393	1828	370	195
45 e mais	1385	1132	148	105
P.A. de MAGANJA DA COSTA	1577	1259	201	117
P.A. de BOJONE	778	575	100	103
P.A. de MOCUBELA	1477	1128	258	91
P.A. de NANTE	766	558	139	69

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 16: Programas de acção social, 2000-2003

TIPO OU PROGRAMA (2000 a 2003)	Total	Homens	Mulheres
Crianças perdidas, identificadas e reunificadas	266	182	84
Apoio a órfãos em situação difícil	411	250	161
Educação pre-escolar	255	105	150
Atendimento a idosos	492	167	325
Atendimento a deficientes	586	290	296

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

9 Género

O distrito tem uma população estimada de 286 mil habitantes - 152 mil do sexo feminino - sendo 19% das famílias do tipo monoparental chefiados por mulheres.

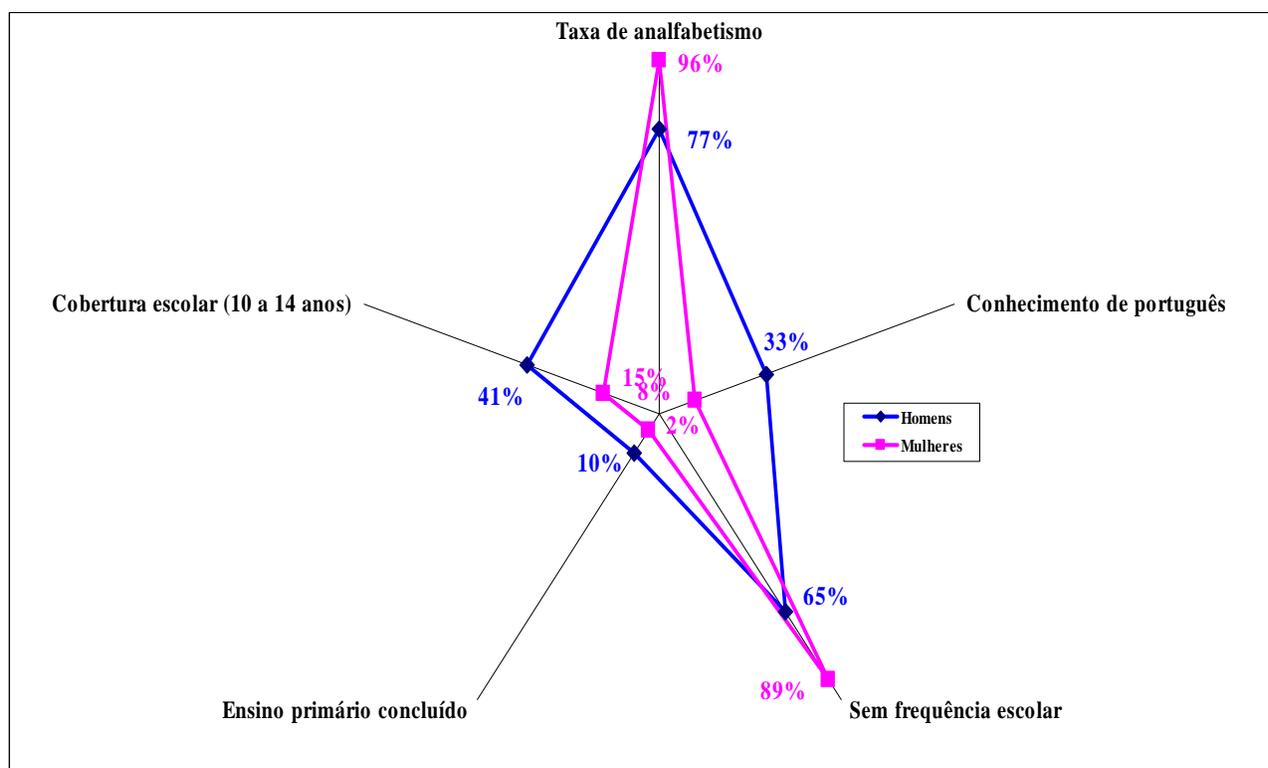
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Eloimwe*, só 8% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 96%, sendo de 77% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 89% nunca frequentaram a escola e somente 2% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de escolarização feminina ocorre no grupo etário dos 10 a 14 anos, em que 14% das raparigas frequentam a escola. Este indicador evidencia o baixo nível escolar e a entrada tardia na escola da maioria das raparigas, sobretudo nas zonas rurais.

FIGURA 9: Indicadores de escolaridade, por sexos



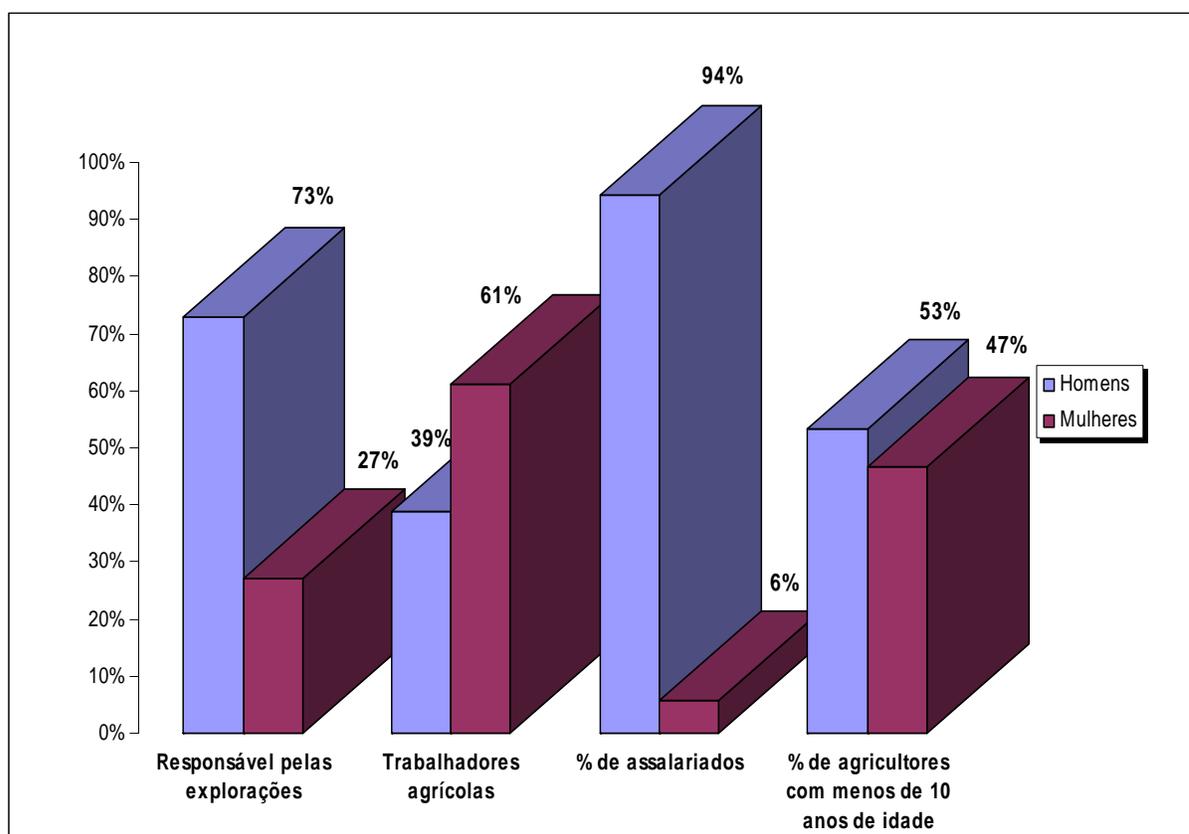
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 152 mil mulheres, 86 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 71 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 18% (22% nos homens).

As 56 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 125 mil parcelas, na maioria com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 38% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais 47% são raparigas.

FIGURA 10: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado

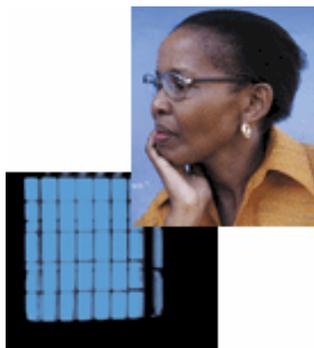


Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 99% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria; e
- 1% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal.

9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 52 funcionários existentes só 2 são senhoras, em geral em posições inferiores da carreira administrativa.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

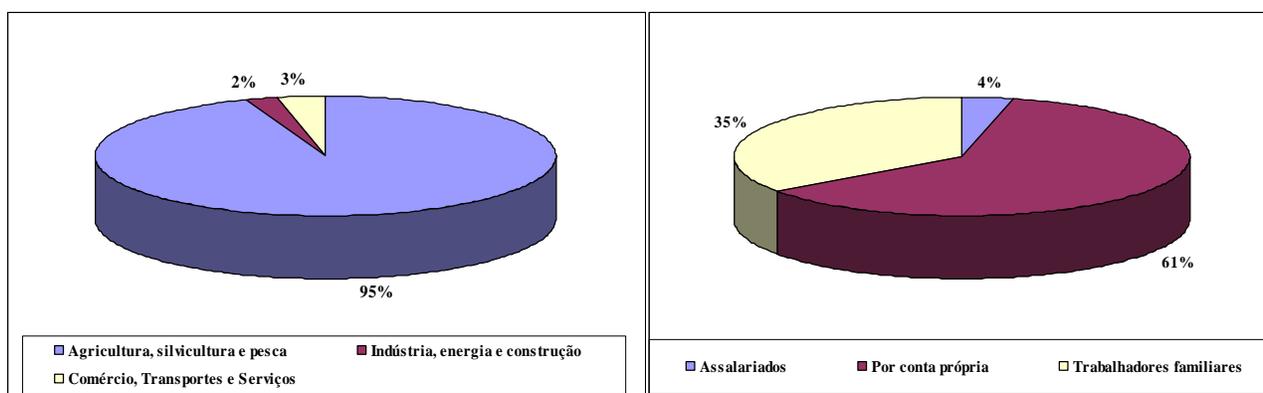
De um total de 286 mil habitantes, 152 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 122 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 20%.

Da população activa, 96% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na maioria, mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 4% da população activa, sendo - de forma inversa, dominada por homens (as mulheres representam apenas 6% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 94% da mão-de-obra do distrito.

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 2% e 3% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 3% do total de trabalhadores e 1% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 11: População activa¹⁰, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

¹⁰ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 17: População activa¹¹, por ramo de actividade, 2005

SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector Coop.	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE MAGANJA DA COSTA	121.887	3,6%	0,8%	2,8%	0,1%	61,4%	34,8%	0,1%
- Homens	51.008	3,4%	0,7%	2,7%	0,1%	30,9%	7,5%	0,1%
- Mulheres	70.879	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	30,6%	27,3%	0,0%
Agricultura, silvicultura e pesca	115.165	1,7%	0,2%	1,5%	0,1%	58,6%	34,1%	0,0%
Indústria, energia e construção	2.721	0,6%	0,1%	0,6%	0,0%	1,3%	0,3%	0,0%
Comércio, Transportes e Serviços	4.002	1,3%	0,6%	0,7%	0,0%	1,5%	0,4%	0,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Orçamento familiar

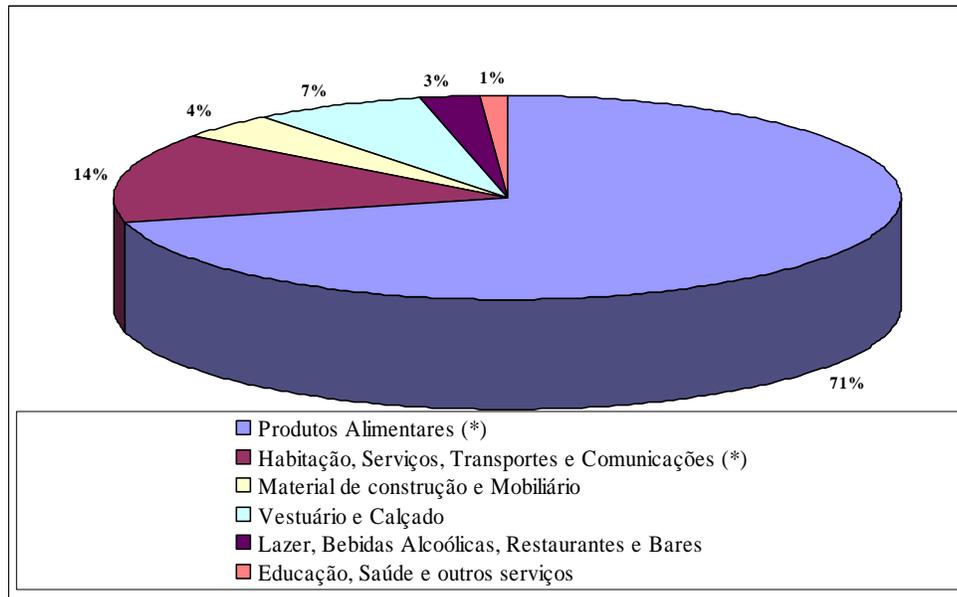
O distrito tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹² estimado em cerca de 52% no ano de 2003¹³. Com um nível médio mensal de receitas familiares de 56% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (71%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (14%).

FIGURA 12: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços

¹¹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

¹² O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

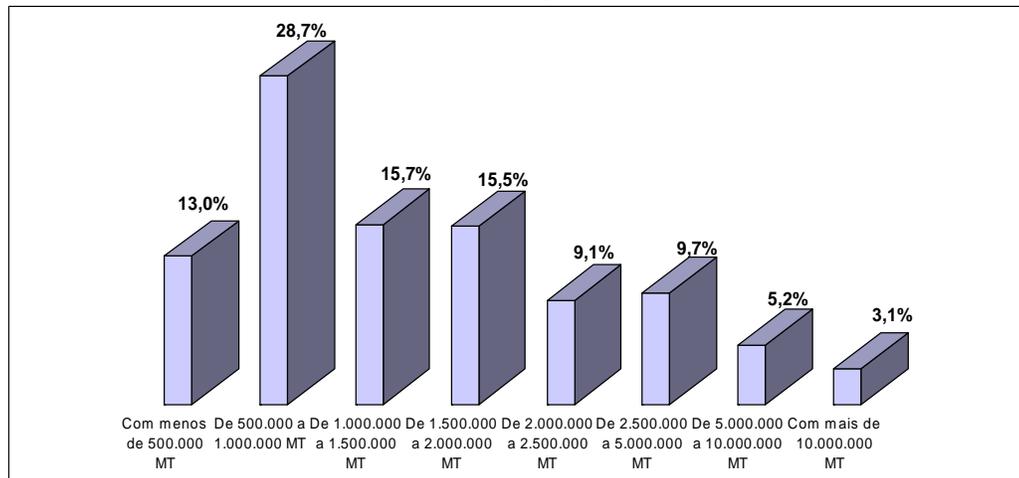
¹³ Estimativa da *MÉTIER*, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

Com variância significativa, a distribuição da receita está concentrada nas classes baixas, com quase 42% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 13: Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



Este distrito tem sido alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo com vários levantamentos efectuados

por entidades credíveis¹⁴ - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, conseqüentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam a comunidade aquando de calamidades, são o Programa Mundial para a Alimentação, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas "comida por trabalho".

10.4 Infra-estruturas de base



O distrito de Maganja da Costa é servido por transporte terrestre público. A rede de estradas do distrito comporta 360Km de estradas classificadas e 518Km de estradas terciárias, num total de 878Km. Destes, apenas 464Km estão transitáveis, mercê do esforço empreendido pelo Governo na manutenção

¹⁴ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

das mesmas. Não existe no Distrito nenhuma empresa transportadora, o que cria embaraços na movimentação da população.

TABELA 18: Rede de estradas

Tipo de estrada	Origem /Destino	Manutenção regular (sim,às vezes,não)	Estado de conservação (mau, bom, razoável, intransitável)	nº de km
Estradas Primárias	Maganja/Malei	Regular	Razoável	50
	Maganja/Pebane	“	“	120
Estradas Secundárias	Maganja/Nante	Manutenção de rotina	“	28
	Maneia/Molivala		“	45
	Maganja/Mocuba		“	45
	Mocubela/Maneia		“	50
	Mocubela/Bajone		“	50
Estradas Terciárias	Maganja/Cabuir	“	“	30
	Mudurrune/Gentivo	Não	Mau	20
	Raraga/Cangu	“	“	17
	Catangala/Limuila/Francis co	“	Razoável	13
	Namirumo/Marrabuanha			10
	Muediua/Muepaula			8
	Mugaua/Feira Com.Raraga			20
	Mualama/Muzo	Não	Mau	17
	Muidebo/Juliao	“	“	13
	Cariua/Mapira	Não	Mau	22
	Fernando/Nhafuba	“	“	12
	Inlabe/Mugoja	“	“	12
	Niquide/Mapira	“	“	16
	Nante/Moneia/A.Mutola	“	“	23
	Nante/Muoloua	“	“	28
	Nante/Nomiua/F.Castigo	“	Razoavel	30
	Mocubela/Missal	“	Boa	35
	Mucarrua/Morola	“	Ma	14
	Maneia/Molivala	“	Boa	26
	Ginama/Lacossa	“	Ma	18
Mocubela/Mugeba	às vezes	Boa	50	
Maneia/Muzo	Não	Razoavel	23	
Bajone/Missal		“	28	
Naico/Rio Muninga		Boa	18	
Rio Mutabide/Bajone sede		“	15	

Fonte: Administração do Distrito

O distrito conta com ligações via rádio e telefónicas. Existe na Vila Sede do Distrito uma cabina telefónica privada com 3 trabalhadores todos homens, que tem funcionado com dificuldades.

Maganja, a capital do distrito, conta com um pequeno sistema de abastecimento de água (PSA), em reabilitação pela Ibis. A Água Rural e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDER) realizam estágios de manutenção das bombas e têm apoiado na aquisição de peças para as mesmas.

Quase todas as comunidades têm acesso a um poço mas também recorrem a fontes de água não melhoradas como rios, lagos e lagoas. Existem 126 furos, dos quais 17 avariados.

A Sede do Distrito e a Sede do Posto Administrativo de Mocubela, abastecem-se da Energia do Grupo Gerador.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

10.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais. A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas. Existem, porém, áreas de irrigação com infra-estruturas a necessitar de reabilitação.

Foto 1: Regadio Munda-Munda



Nota: Estação de bombagem do regadio Munda-Munda, equipada com uma motobomba da marca “Perkins” de 6 cilindros. Comporta que permite o controle das descargas do rio Licungo para o regadio durante as pontas de cheias.

Foto 2: Regadio Intabo-Nante



Nota: Vestígios da estação de captação e bombagem da água para o Regadio de Intabo – Nante. Aspecto da estrutura base que suportava a estação, assim como a barra para remoção rápida em casos de picos de cheias, para além das escalas pra medição do nível do caudal do rio Licungo.

Fonte de dados: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, Levantamento dos Regadios na Zona Centro - Fase 3, Volume I, Relatório Final, Junho 2002

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de arroz pluvial (na época chuvosa) seguida por batata doce em regime de camalhões ou matutos (época fresca), enquanto que nos solos moderadamente bem drenados predominam as consociações de milho, mapira, mexoeira, mandica e feijões nhemba e boere. Algodão é uma culturas de rendimento, produzidas em regime de monoculturas. Este sistema de produção é ainda complementado por criações de espécies como gado bovino, caprino, e aves.

Em Maganja da Costa, existe uma forte presença da Companhia Madal, cuja área de palmar ocupa 12.053 hectares (1,6% da área do distrito). Outras grandes Companhias ocupam igualmente áreas consideráveis, nomeadamente as Companhias do Boror, Zambézia e Morroa. As principais culturas comercializadas pelo sector familiar no distrito são o arroz, a copra e a castanha de caju. A cultura do algodão está a ser de novo fomentada pelo Instituto do Algodão de Moçambique.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

TABELA 19: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	10.814	17.538	21.889	21.889	18.923	21.920
Arroz	5.276	6.763	3.443	6.026	7.218	8.661
Mapira	3.146	2.098	2.393	2.393	4.103	2.317
Amendoim	1.600	1.634	2.018	2.018	3.182	2.343
Mandioca	18.254	85.010	98.370	98.370	25.259	101.719
Feijões	3.321	2.294	1.816	1.816	4.053	2.328
Batata Doce	3.547	8.866	9.254	9.254	2.917	11.442
Hortícolas	47	471	70	70	50	103
Copra	0	447	0	1.661	0	500
Castanha de cajú	0	1.247	0	2.100	0	1.800
TOTAL DO DISTRITO	46.006	126.368	139.254	145.597	65.705	153.133

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.2 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.3 Pescas, Florestas e Fauna bravia

Espécies como a Umbila, Pau-ferro, Monzo, Jambire, Murroto, Chanfuta, Muaga e outras, conferem um enorme potencial económico ao distrito. Às árvores fornecem material para construção e lenha, sendo esta a fonte de energia mais importante. O distrito debate-se com problemas de erosão.

Os frutos dos cajueiros, mangueiras, laranjeiras, tangerineiras, ateiras, abacateiros, papaieiras, limoeiros e goiabeiras são consumidos frescos e comercializados, vindo

comerciantes especialmente de Nampula comprar os produtos localmente.

Para além do consumo fresco destes frutos, alguns são processados para o fabrico de bebidas tradicionais.

A caça e a pesca são também recursos de que o distrito dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. Os animais mais caçados são os porcos-do-mato, changos e gazelas, sendo o peixe também regularmente incluído na dieta.

Os animais selvagens mais importantes são: elefantes, pala-palas, bois-cavalo, leões e zebras.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

O distrito de Maganja da Costa conta com uma rede comercial concentrada na sua capital e possui ligações comerciais com o distrito de Mocuba e as cidades vizinhas, onde os produtos são adquiridos.

O distrito conta com 32 lojas a funcionar e 47 paralisadas. Existem, ainda, 3 moagens operacionais, 5 oficinas em funcionamento (2 inoperacionais), 1 (uma) serração paralisada e 2 padarias (1 inoperacional).

O distrito dispõe de belas praias, lagoas, águas termais, jardins e lindas paisagens, o que constitui um grande potencial para o turismo. Perante o total estado de abandono em que se encontram as infra-estruturas existentes, a incapacidade e a descapitalização dos operadores locais, o Governo Distrital tem vindo a encorajar operadores nacionais e estrangeiros a investirem na reabilitação e consequente exploração das mesmas.

O distrito não dispõe de nenhum sistema formal de crédito nem está representada em Maganja da Costa nenhuma instituição bancária.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Maganja da Costa

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Aldeia/Povção	
1	Adelino Cabo Verde Bala	Régulo	M	Sede	Bala	Bala	25/06/02
2	Alberto Dinho	Régulo	M	Sede	Bala	Mícia	25/06/02
3	Domingos Nívuo Flaque	Secretário	M	Sede	Bala	Mícia	25/06/02
4	João Aguacheiro Mueia	Régulo	M	Sede	Cariua	Fernando	28/06/02
5	António E. Nantamigo	Secretário	M	Sede	Cariua	Fernando	28/06/02
6	Sabonete Esquadro Amisse	Régulo	M	Nante	Nante	Morola	19/07/02
7	Henriques Nanjolo	Secretário	M	Nante	Nante	Morola	19/07/02
8	Carlos Moneia	Régulo	M	Mocubela	Mocubela	Mugarua	10/07/02
9	António Sacassina Tocoro	Secretário	M	Mocubela	Mocubela	Mocubela	18/07/02
10	Jaime Joaquim Nagor	Régulo	M	Mocubela	Mocubela	Mocubela	18/07/02
11	José Paulo Sitoi Naloua	Secretário	M	Mocubela	Mocubela	Mocubela	18/07/02
12	João Madabo Mussina	Régulo	M	Bajone	Nacuda	Nacuda	25/07/02
13	Duarte A. Pluma	Secretário	M	Bajone	Nacuda	Nacuda	25/07/02
14	Manuel Ecuál Ossifo	Régulo	M	Bajone	Nacuda	Namete	27/07/02
15	Manuel Adremane Paiva	Régulo	M	Nante	Nante	Maualela	01/08/02
16	Victor Borge Adelene	Secretário	M	Nante	Nante	Maualela	01/08/02
17	César Filinho	Régulo	M	Bajone	Missal	Missal	03/04/03
18	Abel Masival Candrão	Secretário	M	Bajone	Missal	Missal	03/04/02
19	Lucas B. Comulaquele	Secretário	M	Mocubela	Murrahua	Murrahua	03/04/03
20	Marques Mucupeia	Secretário	M	Mucubeia	Mancia	Mancia	28/04/03
21	Alberto João Nimante	Régulo	M	Mucubeia	Mancia	Mancia	28/04/03
22	Arlindo António Selemane	Régulo	M	Mucubeia	Sede	Murabiua	03/04/03
23	Anónimo Banana Naquite	Régulo	M	Bajone	Nacuada	Muramela	08/05/03
24	António Banana Naquite	Secretário	M	Bajone	Nacuda	Muramela	08/05/03

Maganja da



Autoridade tradicional

25	Mussa Lumina G. Nимуene	Régulo	M	Nante	Nomiua	Nomiua	07/05/03
26	Morão Sebastião Chanchane	Secretário	M	Nante	Molôa	Nomiua	07/05/03
27	António Banana Naquite	Régulo	M	Nante	Maneia	Muêbe	29/04/03
28	Mussa L. G. Nимуene	Secretário	M	Nante	Nacuda	Muêbe	29/04/03
29	Morão S. Chanchane	Régulo	M	Mucubeia	Nomiua	Chinama	28/04/03
30	Fernando Muacunlene	Secretário	M	Mucubeia	Nomiua	Chinama	28/04/03
31	João Candeiro	Régulo	M	Sede	Molôa	Mugaua	25/06/03
32	Agostinho da Fonseca	Secretário	M	Sede	Molôa	Cabuir	25/06/03
33	Maurício Sacatae	Secretário	M	Nante	Maneia	Moneia	17/07/03
34	Pinto Nhalia	Régulo	M	Nante	Maneia	Moneia	17/06/03
35	Manuel Alves Taverna	Secret. de Bairro	M	Sede	Cabuir	Mugaua	25/06/03
36	Ossifo Julião Caminho	Secret. de Bairro	M	Sede	Cabuir	Cabuir	25/06/03
37	Miguel M. Mundimue	Secret. de Bairro	M	Nante	Moneia	Moneia	17/07/03
38	Lisa Mudira	Régula	F	Nante	Moneia	Moneia	17/07/03

Maganja da



Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província da Zambézia, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Zambézia, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província da Zambézia, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Zambézia, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação da Zambézia, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde da Zambézia, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província da Zambézia, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Estatístico Sanitário da Província da Zambézia, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005